

Carta-Contrato nº 6.0xx.00/2018

Juazeiro – BA, de ... de 2018.

À

Empresa.....,

CNPJ: ...

Endereço

Prezados Senhores:

Pela presente, nos termos da proposta dessa empresa - doravante denominada CONTRATADA -, datada de xx de julho de 2018, referente ao Pregão Eletrônico, do tipo "menor preço", Edital nº 0xx/2018 – 6ª SR/CODEVASF, e de conformidade com a autorização do Comitê de Gestão Executiva da 6ª/SR-CODEVASF, expressada na Resolução Regional nº 0xx, de .. de ...de 2018, vimos adjudicar-lhes a execução dos serviços de ginástica laboral com implantação do programa de ginástica laboral para os empregados da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, dentro dos termos estabelecidos na Lei 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, para os devidos fins.

1. A execução dos serviços de ginástica laboral deve seguir as etapas descritas abaixo:

1ª Etapa: Avaliação dos postos de trabalho, observando os movimentos e as posturas adotadas nas atividades profissionais pelos empregados da CODEVASF 6ª Superintendência Regional.

2ª Etapa: Aplicação de questionário investigatório, o qual será utilizado para levantamento de informações sobre possíveis dores, supostas lesões ou estresse muscular decorrentes da jornada de trabalho, a fim de colher dados para a elaboração dos exercícios do programa de ginástica laboral.

3ª Etapa: Elaboração de programas específicos para cada setor da CODEVASF, em Juazeiro-BA, com exercícios compensatórios, de aquecimento muscular, de relaxamento e de alongamento, com profissionais habilitados.

4ª Etapa: Palestras para todos os funcionários, que serão realizadas em dias e horários a serem definidos, para a apresentação da CONTRATADA e do programa de ginástica laboral e palestras com sessão coletiva dos exercícios, 01 (uma) no primeiro mês de contrato e 01 (uma) após seis meses, com a explanação relacionadas aos seguintes temas:

- Histórico e conceito de Ginástica Laboral;
- Informações sobre conceitos, causas, metas e objetivos da Ginástica Laboral;
- Benefícios da Ginástica Laboral;
- Benefícios das atividades esportivas;
- Principais causas das DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho);
- Leis Biomecânicas que regem os movimentos humanos; e
- Prevenção de LER (Lesões por Esforços Repetitivos).

5ª Etapa: Realizar 3 (três) vezes por semana sessões de exercícios, com duração prevista de 15 minutos, no Edifício Sede da CODEVASF, bem como no anexo 1 (térreo e 1º andar), anexo 2 (Unidade Eletromecânica) e anexo 3 (posto de lavagem), com o acompanhamento direto de profissionais devidamente habilitados nas áreas de Educação Física ou Fisioterapia.

Obs.: Carga horária/semanal de aulas de ginástica laboral é de 3 horas semanais, com sessões de exercícios para aproximadamente 100 empregados. Os exercícios serão específicos, direcionados às necessidades, hábitos e posturas de cada posto de trabalho que deverão as três tipologias da ginástica laboral, quais sejam: preparatória, compensatória e relaxamento.

6ª Etapa: Avaliação ergonômica e correções posturais periódicas nas estações de trabalho dos empregados da CODEVASF-6ª Superintendência Regional, Juazeiro-BA.

7ª Etapa: No quinto e décimo mês de cada ano de contrato, a CONTRATADA realizará uma pesquisa de satisfação do programa de ginástica laboral, através de questionários a serem aplicados aos empregados sobre a participação e resultados obtidos. Os questionários deverão ser aprovados pela Unidade de Gestão de Pessoas antes de serem aplicados aos empregados.

2. Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital supra, Termos de Referência, Planilha Orçamentária, Proposta Financeira dessa empresa e demais documentos que compõem o processo nº 59560.000223/2018-10.
3. O prazo de execução dos serviços objeto da presente Carta-Contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir de, com eficácia legal após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos por até 60 (sessenta) meses, após avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos preços praticados no mercado, de forma a manter as condições mais vantajosas, conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666/1993 e mediante manifestação expressa das partes.
 - 3.1. Qualquer pedido de aditamento de prazo por parte de V. Sas., somente será apreciado pela CODEVASF, se manifestado expressamente, por escrito, até 15 (quinze) dias antes do vencimento da presente Carta-Contrato.

- 3.2. O documento de que trata o parágrafo anterior deverá estar protocolizado na CODEVASF – 6ª SR, até a data limite estabelecida para o pedido.
4. Os serviços ora contratados serão executados pelo valor global de **R\$ (...)**. Os preços permanecerão válidos por um período de 01 (um) ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo, serão reajustados aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.
- 4.1. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro desta Carta-Contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 4.2. Para fins de aplicação dessa cláusula deverá inexistir culpa da CONTRATADA no descumprimento do prazo inicialmente pactuado.
5. As despesas decorrentes da presente Carta-Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional – PTRES 0025237, sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.
6. A CODEVASF pagará à contratada com base nos preços ofertados, observadas as condições previstas no instrumento convocatório.
7. A CODEVASF efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
- 7.1. É de inteira responsabilidade da contratada a entrega, à CODEVASF, dos documentos de cobrança e outros que os acompanhem, para conferência e pagamento no prazo supra.
- 7.2. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho emitida pela CODEVASF, e que cubra a execução dos serviços.
- 7.3. As faturas somente serão liberadas para pagamento após aprovadas pela fiscalização e estarem isentas de erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções.
- 7.4. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para pagamento dos créditos da Contratada, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
- 7.4.1. Havendo atraso na apresentação da nota fiscal/fatura e outros documentos que a acompanhem, o período de 30 (trinta) dias para liberação do pagamento será contado a partir da data da plena regularização, o que será comprovado mediante aposição de carimbo de recebimento dos documentos pendentes.
- 7.5. Será de responsabilidade exclusiva da fiscalização desta Carta-Contrato a fiel observância das exigências contidas na presente Cláusula.

- 7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)^{dx_1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx_2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dx_n/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 7.6.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 7.6.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será precedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 7.6.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 05 (cinco) casas decimais.
8. A presente Carta-Contrato será rescindida de pleno direito, unilateralmente, pela CODEVASF, no todo ou em parte, sem que caiba à Contratada qualquer direito de indenização ou de retenção, independentemente de ação ou interpelação judicial, se a contratada incorrer em qualquer dos casos descritos nos incisos I a XII, e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, observadas as disposições dos arts. 77, 79 e 80 do mesmo diploma legal.
9. A Fiscalização dos serviços caberá diretamente à CODEVASF, através de técnico especialmente designado, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, obedecendo à presente Carta-Contrato e aos documentos que a integram.
10. A Contratada se obriga a manter, durante a execução da Carta-Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 10.1. No quadro funcional da CONTRATADA para prestação dos serviços objeto do presente edital não poderão figurar familiares de dirigente da CODEVASF ou de qualquer agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança na Empresa, em todos os níveis, nos termos do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

10.2. Essa vedação atinge o cônjuge ou companheiro(a) e os parentes em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

11. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e Termos de Referência.

12. A CODEVASF providenciará a publicação da presente Carta-Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, após aquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

13. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia – Subseção de Juazeiro, para dirimir questões oriundas da presente Carta-Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em sinal, pois, de inteira concordância com as condições estipuladas nesta Carta-Contrato, deverão V.Sas. assiná-la em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, à vista das testemunhas ao final firmadas.

Superintendente Regional
CODEVASF-6ª/SR

CONTRATADA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

CEP:

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

CPF:

2. _____

NOME:

CPF: